

TERRITÓRIOS DA SECA: ORDENAMENTO E RESISTÊNCIA NA CIDADE DE MOSSORÓ NA SECA DE 1877

Francisco Ramon de Matos Maciel¹⁰¹

Artigo recebido em: outubro/2015

Artigo aceito em: novembro/2015

Resumo:

Este trabalho é um estudo das formas de ordenamento e controle espacial encontrado na cidade de Mossoró durante a seca de 1877. Porém essa ordem imposta pelas autoridades nunca foi totalmente eficaz no cotidiano de milhares de retirantes e cidadãos, pois esses sujeitos conseguiram resistir às delimitações e atuaram na organização do que chamamos de “territórios da seca”, isto é, os espaços das múltiplas relações de poder em um determinado lugar e contexto. Esse artigo utiliza-se de fontes escritas como jornais, livros de memória e relatórios dos presidentes de província do Rio Grande do Norte.

Palavras-chave: Seca; Território; Retirante; Produção do Espaço e Mossoró.

Abstract:

¹⁰¹ Mestre em História & Espaço pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2013), e licenciatura em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2011). Professor do Projoovem Campo Ceará e funcionário do IDT. Currículo Lattes: https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=6A6F029D4C1A150290CF260895F29896#

This work is a study of the forms of planning and spatial control found in the city of Mossoro during the drought of 1877. However, this order imposed by the authorities was never fully effective in the daily lives of thousands of refugees and citizens, because these individuals managed to resist the boundaries and they worked in the organization of what we call "drought areas", that is, the spaces of the multiple power relations in a certain place and context. This article makes use of written sources such as newspapers, memory books and reports of the Rio Grande do Norte provincial presidents.

Keywords: Drought; Territory; Refugee; Space Production and Mossoró.

1. Introdução: por uma produção do espaço

Pensar uma historiografia que trabalhe a produção do espaço é antes de tudo um desconforto ao pesquisador(a). Claro que essa sensação não é permanente, mas desnudar-se da ideia do espaço como um “palco” para os atores sociais não é uma tarefa fácil¹⁰². Estar ciente que o espaço é uma (des) construção com temporalidades próprias são passos importantes para compreender as relações dos sujeitos históricos. Nesse artigo iremos analisar a produção do espaço da cidade de Mossoró¹⁰³ durante a seca de 1877. Para isso é necessário algumas noções para que as ideias levantadas ao longo do texto possam tecer melhor nossa narrativa. Esses elementos são: vida cotidiana, território e espaço vivido e concebido.

A vida cotidiana apresenta-se como a vida de todo homem (HELLER, 2008). Mas do homem “inteiro”, isto é, aquele que coloca no cotidiano em funcionamento, mas não em sua plena intensidade, os traços de sua individualidade, personalidade, sentimentos, habilidades, paixões e ideologias (HELLER, 2008). No entanto a vida cotidiana possui uma espécie de estrutura, ou melhor, “organicidade”,

¹⁰² O historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior discute essas reflexões em seu livro *Nos Destinos de Fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife. Bagaço. 2008.

¹⁰³ Mossoró teve sua formação de aglomeração humana através da fazenda Santa Luzia, propriedade do sargento-mor Antonio de Souza Machado. No decorrer do século XIX, a mesma vai adquirindo vários títulos, desde povoação, vila (1852) e finalmente cidade (1870) na província do Rio Grande do Norte.

que compõem e lhe dá dinâmica, tanto nos comportamentos como pensamentos que a constitui. Podemos dizer que ela é ao mesmo curso “heterogenia”, “hierárquica”, “espontânea”, “possibilidade” e “mimese”. Todas essas formas e significações “têm em comum o fato de serem necessários para que o homem seja capaz de viver na cotidianidade” (HELLER, 2008, p. 55).

Por outro lado é necessária uma crítica a essa vida cotidiana no seu conjunto social, e nas estratégias dos conhecimentos e ações que ela conduz. Dessa forma essa crítica trata-se de definir suas “transformações e suas perspectivas, retendo, entre os fatos aparentemente insignificantes, alguma coisa de essencial, e ordenando os fatos” (LEFEBVRE, 1991, p. 35). Assim a vida cotidiana apresenta-se como um lugar social de feedbacks (equilíbrio momentâneo, provisório). Um lugar subestimado e decisivo, que aparece sob um duplo aspecto: “é resíduo (de todas as atividades determinadas e parcelares que podemos considerar e abstrair da prática social) e produto do conjunto social”, onde também “se manifestam os desequilíbrios ameaçadores” (LEFEBVRE, 1991, p. 39). Logo é fundamental expormos historicamente a constituição e a formação dessa cotidianidade, evidenciando suas “cisões, rupturas e inserções” nas relações de (re) produção da sociedade (LEFEBVRE, 1991). Portanto estamos preocupados aqui em analisar a organicidade (pensamentos e comportamentos) da vida cotidiana nesse momento de seca na cidade de Mossoró, e compreender como esse lugar torna-se uma mediação, ou feedbacks, para que os homens (re) produzam suas vidas. Entretanto essas relações cotidianas desembocam em disputas de poder sobre um território, onde grupos sociais são cada vez mais dominados e excluídos no ordenamento espacial da sociedade. É nessa perspectiva que utilizaremos a concepção de território e territórios alternativos.

O historiador Jacques Ravel esclarece que essa categoria espacial é construída através de uma “série de práticas e de representações que se inscrevem em durações diferentes, que obedecem a dinâmicas heterogêneas e, por vezes, contraditórias” (1990, p. 102). O geógrafo Rogério Haesbaert pensa esse conceito ligado a qualquer manifestação de poder, não apenas o “tradicional” poder político, mas “tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder mais

implícito ou simbólico, de apropriação” (2006, p. 20-21). Para ele o território é percebido enquanto relação de “dominação e apropriação sociedade-espço, desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais “concreta” e “funcional” à apropriação mais subjetiva e/ou “cultural-simbólica” (HAESBAERT, 2004: 95-96). Outro autor da geografia que aborda essa temática é Claude Raffestin. Nele o território é produto “vivenciado” e “consumido” pelos atores sociais, que sem haverem contribuído para sua elaboração diretamente, o utilizam como “meio”. Assim numa perspectiva “relacional” o território para Raffestin seria um processo “quando se manifestam todas as espécies de relações de poder, que se traduzem por malhas, redes e centralidades cuja permanência é variável, mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias” (1993, p. 08).

Partindo do pressuposto que essa categoria espacial é constituída através de relações de poder, numa determinada sociedade e temporalidade, que abrange intrinsecamente um espaço concreto, dominante, produto e instrumento de controle e exploração, como também um espaço apropriado, produto dos símbolos, das identidades e das subjetividades, podemos agora inscrever a noção de alternativo. Esta se constrói no sentido da crítica aos “espaços hegemônicos”, que se alia à “esperança por uma “alternativa” que, literal e metaforicamente, permite a construção de um espaço muito mais igualitário e democrático, onde se dê a inserção dos excluídos de todas as matizes” (HAESBAERT, 2006, p. 11). Estamos falando aqui das “contra racionalidades” (SANTOS, 2009) que surgem nas fimbrias contraditórias das estruturas sociais, isto é, configurações de “contra espaços” dentro das “ordens sociais majoritárias”. Essas devem ser analisadas, “seja na escala mínima das relações cotidianas, seja em escalas amplas, pois é nesse jogo de contraposições que pode ser divisado e incentivado um novo arranjo espacial” (HAESBAERT, 2006, p.15). Portanto, abordaremos nesse artigo, o território “alternativo” de milhares de retirantes, que nessa seca viram-se na segregação, exploração e dominação, porém, não deixaram de mostrar na cotidianidade, outras formas de apropriação do âmbito vivido desse espaço social da seca.

Por último estamos utilizando os conceitos do filósofo Henri Lefebvre de espaço concebido e espaço vivido¹⁰⁴ para designar as dimensões e interfaces que contemplam as relações cotidianas, dominadas, simbólicas e apropriadas dos “homens simples”, como também as relações de controle, ordenamento, dominação e representação espacial que gestam determinados grupos e sociedades. Assim percebemos que os territórios das secas não se apresentam como pré-fabricados, mas um conjunto de relações sociais contíguas e independentes, próximas e distantes, que criam sua própria dinâmica e espaço social na cidade de Mossoró.

1.2. Ordenamento e resistência na cidade de Mossoró na seca de 1877

Na vizinha cidade de Assú o jornal *Brado Conservador* imprimia em suas páginas sombras do cotidiano da seca de 1877. Uma das primeiras matérias era a denúncia dos maus serviços da comissão de socorros públicos desta cidade sobre a direção de Manoel Lins Caldas, a “proteção escandalosa aos compadres e a falta de distribuição pelos verdadeiros necessitados são, segundo nos consta, praticas alli em grande escala” (BRADO CONSERVADOR, 1877, SP). Parecia que os gêneros alimentícios destinados aos retirantes estavam exclusivamente na descrição de Manoel Caldas, enquanto o “povo morre no desespero da fome”. Frisando que a vida cotidiana é o lugar de feedbacks do conjunto social, logo, espaços dos desequilíbrios e contradições, não há muitos dias que “um pequeno grupo de mulheres famintas tentou violentar a porta da casa que serve de armazém, dirigindo nessa ocasião ao Sr. Manoel Caldas diversas arguições sobre o negócios de farinha”. O relevante dessa passagem, além das ações diretas das mulheres, ao lugar e responsável dos socorros públicos, são as possíveis argumentações sobre os “negócios de farinha” praticados por Manoel Caldas. Mas a descrição desse episódio não encerra-se. Conta-nos que Caldas apenas começou a “ouvir aquelle kalendario,

¹⁰⁴ Para esclarecimentos sobre esses conceitos consultar as seguintes obras do autor: LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Grupo “As (Im) possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: *La production de l'espace*. 4ª Ed. Paris: Anthropos, 2000). Primeira versão: Fev. 2006, no prelo. *O Direito à Cidade*. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001 e *Espaço e Política*. Trad. Margarida M. de Andrade e Sergio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008, 192p.

chamou a mulher que o argüia e metteu-lhe na mão um níquel pedindo-lhe que calasse a boca e apparecesse outro dia. Temeria ouvir alguma verdade, ou que se descobrisse alguma muamba?” (BRADO CONSERVADOR, 1877, SP). As ações e táticas dos indivíduos nesse cotidiano da seca tornam-se elementos fundamentais para a produção do espaço, principalmente no que refere-se ao âmbito vivido. Assim como na cidade de Assú, Mossoró também vai compartilhar na sua vida diária essas novas relações do conjunto social, desencadeadas pela chegada da seca de 1877 no seu espaço urbano.

A máquina de reprodução do jornal O Mossoroense foi vendido em 1876 para a cidade de Assú, do qual imprimia as páginas do seu Brado Conservador. Contudo esse último não deixava de registrar os fatos marcantes do cotidiano da seca na terra de Santa Luzia, em suas matérias como “De Mossoró nos dizem”.

[...] Na noite de hontem para hoje os habitantes de S. Antonio accommetteram uma barcaça que chega a aquelle porto com gêneros do Governo da Parahyba, e a poderam-se a fortiori de quarenta e quatro saccas com farinha, dez das quaes foram tomadas hoje pela madrugada pelo Theodomiros com quatro retirantes que agora pela manha acabaram de chegar a esta cidade, trasendo presos e escoltados trez dos salteadores (BRADO CONSERVADOR, 1877, p. 03).

Podemos dizer que uma das primeiras manifestações em massa dos sertanejos no espaço urbano foram os “saques”. Os historiadores como E. P. Thompson e George Rúde, ao longo de seus estudos sobre o campesinato na Inglaterra e França nos séculos XVIII e XIX, preocuparam-se em analisar culturalmente as ações da multidão camponesa durante os motins da fome e outras ações em massa, sendo que ambos, fugindo das explicações e interpretações “econômico-reducionistas” sobre esses eventos, discutem que essas práticas são formas de ações políticas coletivas, racionalizadas e que respondem a certos “protocolos” de organização desses grupos, que, diante a quebra de valores e costumes consuetudinários, pelas novas formas de relação do mercado advindos do capitalismo, esses sujeitos, por meio de uma “Economia Moral” (Thompson) ou de uma “Taxação Popular” (Rúde), estariam defendendo seus costumes (às vezes

paternalistas) e estabelecendo preços justos sobre o trigo ou próprio pão nesses episódios¹⁰⁵.

O historiador Frederico de Castro Neves estudou essas ações coletivas da multidão, durante as longas secas no Estado do Ceará, como um processo da formação de um “sujeito coletivo”. Assim os sertanejos consolidaram uma tradição de luta e organização ao longo das experiências vividas das grandes secas (1877-1980). Dessa forma, na tentativa

[...] de apreender a constituição da multidão como um sujeito político [...] foi necessário examinar o processo histórico de formação dos conflitos que lhe deram origem, até que se estabelecesse uma tradição de ações diretas como mecanismos de pressão política, por parte dos trabalhadores rurais que se deslocam de suas terras durante as secas, os retirantes, para obtenção de reivindicações e conquistas específicas (NEVES, 2000, p. 20).

Nessa mesma linha, Glênio de Azevedo Alves, também estudou as ações coletivas dos sertanejos durante as secas de 1877 e 1958 no Rio Grande do Norte, como práticas de um sujeito social coletivo, influenciada por uma espécie de “Economia Moral” das secas. Desse modo, uma “tradição” de negociações com as autoridades potiguares foi desenvolvida pelos sertanejos a partir do final do século XIX, até adquirirem uma prática consolidada na seca de 1958, porém, com outras formas de códigos e linguagens, como cartas e bilhetes as autoridades. Assim, “nesse ritual de poucas palavras, a economia moral da multidão continua o seu processo de formação submetendo os poderes públicos à Moral Popular” (ALVES, 2012, p. 41-42).

Interpretaremos essa prática da multidão durante as secas como uma espécie de “apropriação” do espaço social pelos retirantes e setores da população, pois, essas ações desencadeavam-se no âmbito vivido, isto é, reúne elementos da vida cotidiana e da ordem próxima, além de funcionar, como os historiadores

¹⁰⁵ Ver os livros THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005 e RUDÉ, George, F. E. *A Multidão na História: estudos dos movimentos populares na França e Inglaterra, 1730-1848*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1991

anteriores concebem como formas de diálogo, negociação, defesas de costumes (economia moral) e mecanismos de pressão política dos sertanejos sobre as autoridades e instituições, diante dos problemas acarretados pelas secas, como a falta de alimento e assistência pública.

Voltando matéria do saque do jornal *Brado Conservador* fica difícil afirmar que todos os sujeitos que participavam eram retirantes. Mossoró não era uma cidade pequena para os padrões da época. Desse modo, seus “habitantes”, sobretudo aqueles menos abastados, também experimentaram o drama da fome e da morte no cotidiano local. O fragmento do periódico descreve uma cena riquíssima da mobilidade desses indivíduos no seu espaço vivido e dela tiramos as seguintes leituras: Primeiro é um dos locais para onde os gêneros chegavam à própria cidade: o porto de Santo Antonio. Lembrando-nos que o rio Mossoró, boa parte de seu trajeto era navegável. Assim, a cidade possuía ainda dois portos secundários, responsáveis na circulação das mercadorias, entre o espaço urbano e porto central em Areia Branca. Esses eram o porto da Ilha e o porto de S. Antonio (LIMA, 1982). O porto da Ilha ficava a “margem esquerda do município de Mossoró, na ilha de Dentro e direita da cidade em uma légua” (SOUZA ET ALL, 1999, p. 02). Já o porto de Santo Antonio localizava-se “à margem esquerda do rio Mossoró e para oeste, em frente do porto da Ilha, é a povoação que se originou da fazenda de gados S. Antonio, do Tenente-Coronel João Joaquim Guilherme” (LIMA, 1982, p. 22). Essa povoação era a primeira que tinha contato imediato com as mercadorias que chegavam de alhures para a cidade pela rede fluvial-marítima – deve-se recordar que com essa seca os transportes internos estavam prejudicados pela falta de animais de cargas – portanto, numa situação de escassez e pauperismo, não era de estranhar-se que as manifestações da multidão desenrolassem nesse lugar e seu porto, levando ainda em conta a difícil apoderação dos gêneros alimentícios, quando estivessem armazenados na própria cidade.

Devemos perceber como esse lugar estava permeado de relações de poder na esfera cotidiana de seus sujeitos, ou seja, enquanto uns tentam ordenar as relações sociais no território citadino, utilizando-se dos mecanismos de dominação direta (normas, leis, economia, etc.), outros apropriam-se através das resistências e

desequilíbrios gerados por essa organização majoritária, criando os chamados “contra espaços”, ou que poderíamos também chamar de “contra teatro”¹⁰⁶ das relações sociais entre “dominantes” e “dominados” nas sociedades (THOMPSON, 2001). Outro detalhe importante dessa ordem próxima do cotidiano é a “repressão” local. O policiamento da cidade mostra nessa cena que não poderia conter sozinho a multidão de retirantes e habitantes, logo o remanejamento dos presos para cidades e vilas vizinhas era um fator existente nesse contexto. Mossoró foi uma cidade que mais concentrou retirantes em seu território nessa passagem da seca de 1877, contudo não possuía uma cadeia “adequada” para os fins da segurança pública e particular. Portanto podemos interpretar que a circulação de presos para outros lugares foi uma prática comum do cotidiano da cidade, como também um dos aspectos das relações do espaço vivido nessa seca.

As notícias impressas do Brado Conservador, mesmo não sendo da cidade de Mossoró, nos oferecem feixes de luz do conjunto social existente naquele lugar, como da própria mobilidade da sua vida cotidiana. Assim outros aspectos presentes nesse quadro eram pintados pelo jornal, “a fome continua aqui a mesma intensidade que de antes. Felizmente o flagello da varíola está quase extinto, não temos mais inimigo á combater”. Além da fome e doenças recorrentes a moralidade era também constrangida pelos andrajos dos retirantes, “rapariguinhas de 12 e 15 annos vagueião pelas ruas da cidade esmolando o pão envolvidas em farrapos que mal amparam uma ou outra parte do corpo! A miséria imporá! (BRADO CONSERVADOR, 1879, p. 02). Quase no final da seca, Mossoró ainda vivenciava a intensidade da fome, doença e pauperismo em seu meio social, e muitas dessas cenas concentravam-se num arranjo específico mostrado pela fonte: as ruas¹⁰⁷. Elemento fluxo que acomoda tanto as ações como os objetos dos homens no seu espaço, esses microcosmos da vida “fazem parte da própria memória do mundo, abrigando

¹⁰⁶ O contra teatro para o historiador inglês seria a relação entre que os “donos do poder representam seu teatro de majestade, superstição, poder, riqueza e justiça sublime. Os pobres encenam seu contra teatro, ocupando as ruas dos mercados e empregando o simbolismo do protesto e do ridículo” (THOMPSON, 2001, p. 249).

¹⁰⁷ A historiadora Sandra Jathay Pesavento discute que a rua passou por várias transformações durante o século XIX, graças ao impacto do capitalismo e seus agentes nesse período. Assim a rua fez parte de um novo imaginário social e segmento do espaço público em muitas cidades brasileiras no final do XIX e início XX (PESAVENTO, 1992).

tanto os grandes acontecimentos como os pequenos incidentes do cotidiano” (PESAVENTO, 1992, p. 08). Mesmo a rua sendo lócus de passagem do espaço público, ela conforma duplamente nesse fragmento histórico, tanto as práticas urbanas de alguns sujeitos (esmola) como a moral da sociedade letrada de Mossoró, pois mesmo sobre essa seca era “preciso dar aos cidadãos o seu lugar na urbe e normatizar a vida” (PESAVENTO, 1992, p. 38).

As epidemias, como foram anteriormente citadas, foi um fator constante no cotidiano da seca na cidade, inclusive pela população pobre. Um dos seus primeiros registros ocorreu na câmara municipal na sessão de 16 de agosto de 1877. Esta dizia que há cerca de dois meses que se tem “desenvolvido com alguma intensidade nesta cidade e seus subúrbios, febres interminentes e biliosas, gastro-enterites angina de diversos graus de interites ulcerosa tendo esta ultima moléstia vitimado um crescido numero de crianças” (OLIVEIRA, 1991, p. 70). Por essa situação a câmara resolve através de uma sessão extraordinária chamar a atenção do presidente da província para tomar medidas cabíveis. Uma delas era a contratação do farmacêutico Manuel Arthur Cesar de Azevedo, que já vinha assistindo essa localidade há algum tempo.

Existe nesta cidade, há sete annos um farmacêutico com título científico, o qual possui uma botica suficientemente provida de medicamentos em ótimo estado, a ele recorre a população sofredora em suas necessidades, já pedindo-lhe remédios e já consultando-os na falta de médico, sobre o incomodo, no que não são sempre atendidos gratuitamente, e, isto não é d'agora. Ele portanto, é apto para incubir-se não só do fornecimento dos remédios como para administrá-los. Esta Câmara espera que V. Excia. Tomando em consideração o que vem de expender, habilita-la a contratar o referido farmacêutico, senhor Manoel Arthur Cesar de Azevedo, mediante razoável gratificação que V. Excia. poderá arbitrar, para este encarrega-se do tratamento dos miseráveis acometidos dos males reinantes nesta localidade (OLIVEIRA, 1991, p. 71).

As epidemias já estavam na cidade e subúrbios de Santa Luzia nesse primeiro ano da seca de 1877, e ceifava suas primeiras vítimas (as crianças). Por outro lado, no segundo fragmento, encontramos aspectos relevantes acerca das ações encontradas diante desse quadro calamitoso. Sem ainda amparos de médicos

locais, a população e retirantes acabavam dirigindo-se para os socorros do farmacêutico Manoel Azevedo, que parecia estar atendendo aos enfermos da cidade. Contudo, sem uma ajuda sistemática da província sobre a higienização pública, o farmacêutico não poderia tratar adequadamente as doenças e epidemias do lugar. Essa preocupação da câmara municipal com a salubridade pública não deixa de registrar ao mesmo curso, que as relações entre os atores sociais baseavam-se também numa espécie de “solidariedade” nesse espaço, ou seja, que a “cooperação e conflito são a base da vida comum” (SANTOS, 2009, p. 332). Assim a ordem próxima apresenta-se também nessa seca como lócus da solidariedade local, ou elemento da horizontalidade¹⁰⁸ do conjunto social desse espaço mossoroense. Logo o presidente da Província remeteu para a cidade uma “ambulância com as precisas instruções medicas” e colocou a disposição da comissão dos socorros públicos “uma quantia de 300\$000 para a alimentação dos enfermos” (FALLA COM QUE O EXMO. SR. DOUTOR..., 1877, p. 30). Porém o farmacêutico não aceitou o encargo, levando a comissão escolher outro para tal responsabilidade. Vemos assim uma das primeiras ações do espaço concebido da seca de 1877, ou seja, organizar unidades médicas para tratar dos enfermos que começavam a surgir na cidade de Mossoró. Contudo o discurso e prática da salubridade pública, vão adquirir, paulatinamente, outras funções na organização do espaço da seca como veremos adiante.

Na sessão de três de maio de 1879, Cazimiro Jácome Cavalcante, secretário da câmara municipal de Mossoró, escreveu a ata do dia que atendia a questão da salubridade pública que se encontrava a cidade, que desde a grande enchente de colonos, por causa da grande seca que lavra os sertões desta Província a câmara municipal atendendo o bem público “[...] entendeu que um dos grandes males que há concorrido para o desenvolvimento de muitas epidemias que aqui tem

¹⁰⁸ Para Milton Santos o espaço apresenta-se com segmentações e arranjos próprios, mas interligados, que define seus fluxos e mobilidade. Esses são as horizontalidades e verticalidades. Enquanto essa última representa os pontos do espaço que “separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia”, as horizontalidades seriam os pontos que se agregam sem descontinuidades, isto é, são tanto o “lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente geradora”. Elas são o “teatro de um cotidiano conforme, mas não conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta” (SANTOS, 2009, p. 284 e 286).

feito grande coisa na humanidade, seria (grifo nosso) o descurado matador do gado vacum que morre para consumo publico”. Por conseguinte, foi nomeada uma comissão de três membros, estes sendo Antonio Pereira Borges, Reinaldo Francisco da Costa e Alexandre Soares do Couto para que “nos subúrbios desta cidade e ao poente dele escolherem um lugar que oferecesse boas proporções para a construção de um curral e ao pé deste um matadouro de gado de tal sorte que não ficasse de aborda vento a cidade”. A resolução ainda não parou por ai. Olhando para a salubridade pública o fiscal da cidade ficou encarregado de retirar da frente do comércio público um “avultado número de casas, cabanas e mapalhas, feitas em colunas de Paus e cobertas de esteiras que por uma abulava prática os retirantes e alguns da cidade tinham plantado naqueles patos com o fim de ali comprarem e venderem”. Aquele espaço apropriado do comércio público pelos populares, como registra Cazimiro na sessão municipal, estava apenas servindo “não só da impaxamento e obstrução, donde pode nascer miasmas e outros males endêmicos do País, como também serve de um deslustre e decoração à cidade”. Não satisfeitos com aquela situação a câmara aproveitou o mesmo ensejo para instruir o servidor, que aos modos mais civis e de menos prejuízo ao patrimônio quanto à salubridade pública, mandasse arrancar as mapalhas que se lucravam “perpetuamente no chão e converte-las em toldas movediças a maneira que se usam nas grandes feiras [...] e que para isto o fiscal anunciasse por um edital instrutivo, marcando dois dias para que se convertessem as cabanas e mapalhas em toldas movediças” (OLIVEIRA, BATISTA NETO, 2000, p. 20).

Nesse fragmento encontramos muitas informações relevantes sobre a relação administrativa da cidade de Mossoró e sua preocupação com a salubridade pública, depois da chegada dos retirantes naquela urbe. Os mesmo, acompanhados de alguns cidadãos, penetraram e burlaram as leis de petições para abrirem casas, pontos de comércio ou coisas do gênero próximas ao mercado público (nessa mesma sessão não para de chegar petições de licença para abrirem casas e estabelecimentos na cidade). Construindo habitações com paus e esteiras de palhas, os retirantes buscavam não apenas estarem pertos do centro econômico (mercado público) ou administrativo da cidade, onde se encontraria gêneros alimentícios ou a

caridade particular, mas um lugar do qual pudessem inserir-se e participar, mesmo que “ilegalmente”, nas atividades comerciais ou outras práticas de sociabilidades, como qualquer outro cidadão residente de Santa Luzia. Porém não demorou muito para que as autoridades agissem sobre as práticas econômicas ilícitas e as habitações dos retirantes no centro da cidade, ou seja, o discurso da salubridade pública (miasmas e outros males endêmicos do País) e estético (deslustre a decoração da cidade) foram instrumentos eficazes para essa gestão da ordem próxima e espaço concebido. Todavia apenas uma coisa ficou mais ou menos “resolvida” nesse episódio: o local do matadouro e de seu curral, que deveriam ser construídos nos subúrbios da cidade e ao seu poente, num lugar que não ficasse de aborda vento ao olfato de Santa Luzia. Dias depois a comissão achou um local “por detrás da Rua da Boa Vista, desta cidade, no cabeço de gruta que margeia com o Rio, no poço denominado Barbosa. Foi aprovado pela Câmara, sendo o local do curral em um lugar aliamino (OLIVEIRA, BATISTA NETO, 2000, p. 26). Enquanto ao grupo de retirantes e cidadãos alojados perto do mercado público, deveria estes procurar espaços no subúrbio para a confecção de suas palhoças e habitações durante essa seca de 1877.

Sobre as condições de habitações dos sertanejos nessa seca a historiadora Ana Garcia discorre que ao “pensar as construções de palhas é compreender os processos das diversas experiências dos retirantes no ambiente urbano” (2006, p. 70-71). Desse modo, a interface entre os espaços concebido e vivido dessa seca acabavam condicionando as condições de moradia dos retirantes da cidade de Mossoró, pois muitas das áreas “escolhidas” para as habitações estavam nos limítrofes do espaço urbano, e isso “coincidentemente”, atendia aos “interesses e desejos do poder público, cujas pretensões eram o ordenamento do espaço urbano e o afastamento da população emigrante do convívio com os cidadãos” (GARCIA, 2006, p. 72).

Porém, a grande questão era que esse “afastamento social” criava efeitos colaterais nos “lugares” de moradia dos retirantes, pois vivendo apinhados e em condições insalubres, tornavam-se alvos fáceis para doenças e possíveis acidentes, como registra o jornal Brado Conservador em 9 de maio de 1879, sobre as questões

da salubridade pública da cidade de Mossoró, “[...] existindo apenas o mau de inchação, proveniente sem duvida da falta de agasalho em que vive a maior parte dos emigrantes, que ficaram expostos ao sol e chuva depois do incêndio que devorou as 130 choupanas que lhes serviam de abrigo” (BRADO CONSERVADOR, 1879, p. 01). Na documentação trabalhada não encontramos indicação dos “locais” dessas choupanas no território citadino, contudo no decorrer do texto é visível que alguns desses lugares estavam afastados do centro urbano, como nas povoações da Barra de Mossoró e S. Antonio.

Todavia esse ordenamento também era uma preocupação pelos presidentes da província do Rio Grande do Norte, e uma das formas encontradas para ordenar essa população *outsiders*, e que trazia ainda maiores rendimentos, era o regime de trabalho. O trabalho foi uma das principais estratégias encontradas nessas três secas para controlar as ações coletivas no território da cidade. Ele emerge como representação e prática gestora do território citadino, ou melhor, das investidas frontais do espaço concebido sobre os retirantes e população em sua vida cotidiana na cidade e subúrbios.

Suas primeiras manifestações ocorreram em meados de 1878, sobre a égide de que a caridade particular e os socorros públicos da província não poderiam assistir ou nutrir a ociosidade de muitos retirantes na cidade de Santa Luzia. Assim no relatório de 4 de dezembro do presidente Bezerra Montenegro, encontra-se registrado que a “população vive sobressaltada com o mau procedimento dos emigrantes, depois que fiz cessar a distribuição de gêneros com os ociosos, levando estes á mal, que o socorro seja exclusivamente para cegos, aleijados e doentes”. Essa medida tomada pelo presidente vai continuar até o final da seca em 1880 em Mossoró, porém, como mostram as fontes, ela ocasionara “resistências” pelos retirantes e segmento da população. Desse modo essa deliberação, “cujos serviços seriam pagos com aquelles gêneros, o que por certo não agradou a quem os recebia generosa e profusamente, sem trabalhar” (RELATORIO COM QUE SE INSTALLOU..., 1879, p. 05), será ao mesmo tempo, mecanismo de controle da ordem próxima e distante como também gatilho das ações e apropriações do espaço pelos retirantes e setores da população da cidade de Mossoró nessa seca de 1877.

É interessante comentar que a própria câmara municipal em 1878 estava ciente das possíveis manifestações e confrontos, se fossem efetuadas essas medidas pelo presidente da Província. Devemos compreender também que essas “ordens” possuem suas tensões e atritos no exercício de suas funções. Fato que ocorreu na sessão de 25 de novembro do corrente.

Ofício nº. 65 – Ao Exmo. Sr. Concelheiro Dr. Carlos Leoncio de Carvalho, Ministro e Secretário dos Negócios do Império. “Havendo chegado ao nosso conhecimento que o Governo provincial resolvera, em observância ao Ev. Cir. Desse Ministério, datado de 14 de Outubro ultimamente findo, suspender a remessa de gêneros alimentícios para os indigentes desta localidade, flagelados pelas seca, e não devendo esta Câmara mostra-se surda e indiferente aos repetidos clamores de tantos mil infelizes a quem a execução de semelhante providencia trará como conseqüência inevitável o desespero e morte, vem com o devido acatamento, em nome dessa porção da humanidade desvalida, trazer a respeitável presença de V. Excia. O quadro tétrico e angustiador que se desenha as vistas dos mossoroenses e daqueles a quem os rigores de uma esterilidade de vinte e nove meses arremessara para este lugar, no empenho extremo de salvar suas vidas e de suas desditosas famílias (OLIVEIRA, 1992, p. 34).

Nesse mesmo ofício a câmara não cessa de descrever o quadro social da cidade naquele momento. Desse modo a fome, nudez, epidemias e migração são os aspectos presentes utilizados pela câmara para “sensibilizar” e possivelmente impedir essa ação do Governo Imperial.

A fome e a nudez foram-lhes companheiras inseparáveis nesse caminhar de longos e penosos dias. Dos centros desta Província, Paraíba, Ceará e Pernambuco milhares de indigentes aqui vieram amparar-se sob a mão protetora do Governo, que, com efeito até hoje não lhe tem recusado os socorros possíveis e indispensáveis a conservação de suas substancias. A acumulação dessa aultada massa de pessoas que já haviam estragado a saúde pelo uso de uma alimentação irracional e insalubre, colhida nas raízes e frutas do mato, produziu, como naturalmente se devia prever a propagação e rápido desenvolvimento de formidáveis epidemias, como a beribéri, a febre, o sarampo e posteriormente, a bexiga, ceifando

diariamente centenas de vidas, segundo atestam as respectivas estatísticas. Até esta data não se há mudado a face deste quadro, que infelizmente se ostenta com todos os seus cortejos de desgraças e horrores. (OLIVEIRA, 1992, p. 35).

Todavia essas não eram as únicas preocupações. As revoltas e ações em massa estavam também tirando o sono das autoridades e comerciantes locais, que se viam ameaçadas pelos retirantes e populares nessa seca de 1877. Desse modo a “ordem pública” era um elemento capital da vida cotidiana durante essa seca da cidade.

A Câmara Municipal desta Cidade pode, sem exagerar, asseverar a V. Excia. que enquanto não cessarem as causas que permanecem atualmente, Mossoró continuará a ser o receptáculo de todos esses perseguidos de sorte; assim como atreve-se também a afirmar a V. Excia. que se o Governo retirar-lhes os socorros ter-se-á como infalível o parecimento de muitos á fome e a revolta dos que foram resistindo aos seus efeitos, perigando destarte a vida e propriedade de alheias. Graves e funestas perturbações na ordem pública serão em suma outras tantas desgraças a que ninguém escapará. Grupos de salteadores se organizarão com maior rapidez e novos males virão agravar os já existentes. Os pequenos ensaios de tumultos e ameaças se não manifestado depois que soube-se do alvitre tomado pelo Governo, tem alarmado a população pacífica: os comerciantes e os proprietários, principalmente, presumem-se ameaçados e sem eficazes garantias para suas pessoas e fortunas, porque em caso tal seria insuficiente o concurso da força publica para acudir a todos os pontos atacados e restabelecer a ordem e o socêgo (OLIVEIRA, 1992, p. 35-36).

Mesmo com os pedidos da câmara de Mossoró os socorros públicos acabaram destinados apenas aos doentes e inválidos, levando a uma grande diminuição dos gêneros alimentícios para os retirantes naquele lugar. Os Presidentes estavam cientes de que nesses três anos de longo estio, os regimes dos socorros públicos teriam suas falhas administrativas em muitas localidades da província, oferecendo oportunidades, que muitos lucrassem através desses cargos imperiais.

Bezerra Montenegro em seu relatório de 1878, acerca das comissões de socorros, escreve que algumas desempenharam “por modo digno de apreço tão espinhosa tarefa”, outras, porém procederam tão erradamente, “que foi melhor suprimil-as, parecendo em taes casos mais conveniente abandonar tantos infelizes à fome”, do que deixar passar, “que homens sem consciência, especulando com a miséria de nossos semelhantes e abusando da confiança do governo convertessem a caridade em fraudulenta ganacia”. Assim para o presidente foi “mister limitar os socorros a alguns lugares do litoral, sendo que ultimamente só há distribuição gratuita com cegos e doentes nas cidades de Macau e Mossoró” (RELATORIO COM QUE SE INSTALLOU, 1879, p. 12).

Apesar dessa tentativa de controle (econômica e social) pela Província, a partir dos gêneros alimentícios e melhoramentos materiais, essas cidades acabaram vivenciando episódios, onde as resistências dos sertanejos mostram que o espaço social é antes de tudo um “lugar político”, da disputa entre o valor de uso (apropriação) e o valor de troca (dominação-propriedade), da interface entre o vivido e concebido das relações humanas. Portanto é somente no cotidiano que compreenderemos essa “contradição uso-troca (valores)” (LEFEBVRE, 2006) nesse contexto de seca em Mossoró. Desse modo, sendo o “uso político do espaço que restitui ao máximo o valor de uso: recursos, situações espaciais, estratégias” (LEFEBVRE, 2006), é que poderemos enxergar essas ações dos retirantes como formas de “apropriação” dos territórios nessas secas.

Com essa redução dos socorros públicos não demoraria muito para as primeiras manifestações ganhassem longas páginas nos registro oficiais, como mostra o tópico “Tranqüilidade Pública” do relatório de Marcondes Machado de 1878.

[...] Chegando allí por ultimo um carregamento de farinha, milho e arroz, o povo em massa apoderou-se daquella e apesar de alguma resistência, empregada por cidadãos mais ou menos importantes, commetteu os maiores excessos, levando sua fúria ao ponto de destruir quase completamente um grande armazém allí existente e destinado as distribuições. O 2º escriptuario da Alfandega Antonio Cypriano de

Araujo Silva, que para alli mandei como administrador interino da meza de rendas geraes, sabendo do ocorrido, tomou algumas cautellas na barra, afim de por em segurança 440 saccas com farinha, que encontrou, requisitando o auxilio de um destacamento de linha, que alli estava de passagem, e, como reconhecesse a insuficiência, fez convidar alguns particulares de confiança, para se premunir contra igual attentado (RELATORIO COM QUE SE INSTALLOU..., 1878, p. 05).

É interessante frisar que os principais lugares das ações da multidão no território da cidade, encontravam-se nas localidades da Barra e S. Antonio, ambos, portos secundários que ligavam Mossoró ao de Areia Branca. Esse trecho nos oferece a chance de entendermos que essa manifestação da multidão – saque e depredação – não é apenas uma “quebra” da ordem pública nessa seca de 1877, como alude os dirigentes nos registros oficiais, mas uma forma de “protesto” encontrado - mesmo que ainda não organizado sistematicamente¹⁰⁹ - pelos populares, contra as medidas efetuadas do Governo sobre os gêneros alimentícios, para que esses não fossem destinados exclusivamente a parcelas da população carente dessa seca. Assim no dia 31 de outubro, numa distribuição em favor dos doentes,

[...] aglomerou-se tanto povo as portas do armazém, tamanho foi o tumulto, que não pode continuar e foi preciso fechar as ditas portas. Foram estas quebradas pela multidão que a ellas se arrojou e maior estrago teria feito na farinha, se aquelle administrador não usasse de dizer, que ia officiar a esta presidência para não remetter mais gêneros. No dia seguinte conseguiram os emigrantes penetrar nos armazéns, dando começo a um saque desenfreadamente, o qual só cessou com o apparecimento das praças, que se achavam fora (RELATORIO COM QUE SE INSTALLOU..., 1878, p. 05).

Podemos achar que essas ações em massa, perdiam seu “efeito” quando os saques dissipavam-se nesses episódios. Pelo contrário, esse tipo de manifestação fez com que as autoridades e responsáveis pelos socorros, pressionados por esses atos corriqueiros, chegassem ao ponto de distribuir mais gêneros para a população da

¹⁰⁹ Ver NEVES, Frederico de Castro. Op. Cit.

cidade. É claro que o medo e a tensão criados davam essa chance única de “negociação” com os dirigentes, embora sempre acompanhada pela repressão policial, e às vezes o ônus da morte e feridos. Os retirantes e setores da população estavam cientes de que esse sistema de distribuição dos gêneros iria sofrer uma grande redução e conversão em forma de salário nos trabalhos dos melhoramentos materiais da Província. Mesmo a câmara municipal em 25 de novembro ter precavido ao presidente da situação que poderia acontecer, principalmente do caráter de ordem pública, os retirantes começavam a mostrar suas “contrariedades” a essas novas leis.

[...] O povo não acredita nas ordens ultimamente remetidas, e diz alto e bom som, ou farinha ou revolução! Em data de 17 de novembro, véspera da distribuição ali, nada existia, nem do governo, nem dos particulares. O commercio ou antes alguns negociantes já resolveram não abrir mais seus estabelecimentos nos dias de distribuição e muitas famílias já tem suas portas fechadas, há muito tempo. A cada momento se espera um assalto aos estabelecimentos particulares, correndo boatos horríveis a tal respeito. Os retirantes já andam com armas de fogo preparadas nos lugares de distribuição: a faca e o cacête campeam pelas ruas publicamente á despeito mesmo dos esforços do alferes commandante do destacamento, que já tem tomado grande numero de taes armas. A população esta aterradissima, e seja não tem havido muita desgraças, deve-se á distinctos cavalleiros, a quem o povo ainda vai attendendo. Ali tudo faz crer, que a explosão será inevitável, se não continuarem as remessas dos socorros em grande escala. Diante de semelhante actualidade, sem que tenham cessado essas remessas, como ainda não há muitos dias seguiram duas barcaças, conduzindo mais de duas mil saccas com farinha, tomei a resolução mandar um carregamento de mais de quatro mil e cem barricas de bolaxa, deliberando mandar o Dr. Chefe de polícia, de cujo tino espero com segurança e pacificação dos habitantes daquella cidade e o restabelecimento da ordem pública que tão necessária se faz a sociedade em geral e aos comerciantes que se mostram sobressaltados (RELATORIO COM QUE SE INTALLOU..., 1879, p. 11).

Essa cena é interessante pela expressão que é descrita no relatório do presidente Bezerra Montenegro. Muitos elementos da vida cotidiana naquele momento de tensão que a cidade vivia por causa da seca são revelados nesse fragmento. O primeiro seria que os comerciantes locais não abriam mais seus estabelecimentos nos dias da distribuição, com medo das ações da multidão naquele espaço urbano. Não era para tanto, pois a força policial em Mossoró era composta de 28 praças oficialmente¹¹⁰. Outro aspecto é que as ruas da cidade e os pontos de distribuição são novamente os lugares escolhidos pelos retirantes para “apropriar-se” do espaço citadino, isto é, reivindicam assistências as autoridades, sejam essas do Governo ou particulares, criando nesse jogo de relações de poder, seus “territórios alternativos” e “contra espaços” dentro das tentativas de ordenamento social estabelecidas. Assim as pressões populares acabaram fazendo com que novas remessas (bolachas) chegassem àqueles locais na cidade de Santa Luzia. Outro aspecto da fonte é que os retirantes também mantinham uma “espécie” de acordo e negociação com alguns indivíduos (distintos cavalheiros), levando-os a não excederem-se por completo diante das tensões presentes. A vida cotidiana como recorda Henri Lefebvre é ao mesmo tempo esse lugar decisivo e desdenhado, que residem tanto parcelas das práticas sociais quanto seu produto no conjunto social, pois é assim que a dinâmica do cotidiano não revoga e completa-se.

No mesmo relatório de 1878 consta que a cidade de Mossoró era o “receptaculo maior das diversas torrentes de miseráveis, que vem do centro, contem uma população nunca inferior a 80 mil almas”. E entre esse apinhamento pode-se afirmar, “sem medo de errar que 20 mil pelo menos são velhos, crianças, e inválidos de todas as idades, que habitam, por assim dizer, no campo, nus e famintos” (RELATORIO COM QUE SE INSTALLOU..., 1879, p. 11). Esse número, apesar de expressivo e talvez exagerado, mostra que a multidão de retirantes em Santa Luzia representava uma potência significativa, sendo tarefa difícil controlar e ordenar essa população no território citadino. A fonte expõe que

¹¹⁰ Ver tópico Força Pública, Anexo: In: Relatório com que Installou a Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte no dia 4 de dezembro de 1878 o 1º Vice-Presidente, o Exm. Sr. Dr. Manoel Tenório Bezerra Montenegro. Pernambuco. Typografia do Jornal do Recife, 1879. p. 10.

muitos habitavam os campos e arrabaldes da própria cidade. O memorialista Francisco Fausto de Souza, quase coetâneo ao evento, escreve que “a seca de 1877 a 1879 levou a Ilha (localidade da cidade de Mossoró próximo a Areia Branca) um grande número de retirantes que destruíram totalmente a mata existente na ilha, construindo palhoças”, sendo que o próprio governo da província, mandou “distribuir viveres as mesma, tendo construídos hospitais e lazaretos (improvisações) na Barra de Mossoró, afim de serem atendidos os mais necessitados” (1979, p. 28).

Essa “organização” dos retirantes no território do município ilustra bem a difícil tarefa de controlar e ordenar essa multidão pelas autoridades competentes, pois mesmos alguns habitando os arredores e locais inadequados, muitos tinham ainda as chances de apropriar-se das ruas, mercado público e lugares de distribuição de socorros na Santa Luzia. Embora algumas dessas tentativas de ordenamento não tivessem pleno êxito, outras mostram que o espaço concebido estava gerindo essa seca. Um fato ilustre foi na vizinha cidade de Assú como mostra o seu jornal *Brado Conservador*.

A comissão arrolou as pessoas indigentes por mapas, tendo estes as seguintes casas: nomes, cores, idades, e observações, contendo nestas a quantidade de socorro alimentício que cada um recebeu, e a declaração da residência dos retirantes. O serviço da distribuição foi feito por 7 quarteirões, os quaes são denominados da seguinte forma: Arraial e Tabatinga = Chambá e Tabatinha = Olho D’água = Sacco = Rosario = Curralinho = Oficinas; e cada quarteirão teve seu mappa especial. As 196 famílias compõe-se de 1:120 pessoas, inclusive 12 famílias de retirantes com 72 pessoas; sendo: 2 famílias do Rio do peixe = 1 do Catolé do Rocha da província da Parahiba do Norte = 4 do Seridó = 2 de Páo dos Ferros = 1 de Caraubas de Santa Anna do Mattos e = 1 da Serra do Martins desta Província (BRADO CONSERVADOR, 1877, p. 04).

A organização da comissão de socorros de Assú mostra uma das práticas encontradas no ordenamento espacial dos retirantes nessa seca de 1877, ou seja, a utilização de mapas e inventários, com dados de cada sertanejo na vizinha cidade. E não parou por aí. O próprio território citadino foi dividido em sete quarteirões para melhor distribuir, como também evitar, possíveis aglomerações. Enquanto essa

fonte revela aspectos minuciosos do “espaço concebido” da seca em Assú, na cidade de Mossoró, não encontramos documento igual, que apresentasse tais elementos dessa “sistematização” do espaço vivido da seca. Apenas um registro do memorialista Felipe Guerra deixa-nos com uma ideia curiosa da “organização” da comissão dos socorros de Mossoró no início do ano de 1878.

Um “mapa demonstrativo das pessoas a quem a comissão de socorros públicos da cidade de Mossoró, distribuiu gêneros alimentícios, na primeira quinzena de janeiro de 1878” mostra que foram socorridos 24.094 indivíduos, sendo de Pernambuco 4, do Ceará 1.154, da Paraíba 5.040, do Rio Grande do Norte 17.889. Para todos esses socorridos foram distribuídos 1.718 sacos de farinha e de arroz. Logo na primeira quinzena de fevereiro do mesmo ano, o número de retirantes socorridos elevou-se a 32.163, sendo do Ceará 1.142, da Paraíba 12.850, do Rio Grande do Norte 18.392. (GUERRA, 2011, p. 454).

Todavia é bom frisar que Mossoró e Assú são duas realidades distintas. Enquanto uma possuía 196 famílias (número não insignificante), a outra abrigava aproximadamente 40 mil pessoas¹¹¹ no final dessa seca, tornando quase impossível mapear meticulosamente essa multidão de retirantes. Contudo isso não representa que era “ineficaz” o espaço concebido da cidade de Mossoró, pelo contrário, ele vai apresentar diferentes formas de gestão de suas espacialidades. Uma delas foi o deslocamento de parcelas dos retirantes para a capital da província do Ceará através de embarcações e navios.

[...] de balde como é, consultar-se mais a intelligencia humana um meio efficaz, ou uma medida feliz, que possa salvar as centenas de desvalidos, que enchem o quadro desta cidade com grito espavorido da fome, da nuêza, e da nenhuma esperança de remirem a própria vida, lembrou-se no meio desta confusão, deste alarido horrível, que melancolicamente attribulava o animo de todos, o mui distincto cavaleiro Francisco Tertuliano de Albuquerque, alem das esmolos diárias que não cessas de fazer, de manter levar na cidade do Ceará em uma de suas embarcações o numero de cento e sessenta miseráveis retirantes, fornecendo não só o

¹¹¹ Ver o Relatório com que o exmo, Sr. Doutor Rodrigo Lobato Marcondes Machado passou a administração da Província ao seu sucessor, o Exm. Sr. Dr. Alarico José Furtado em 1º de maio de 1880. Rio Grande do Norte. Typographia do Correio de Natal, 1880.

transporte desde o porto da Ilha desta cidade até aquela Capital como os recursos alimentícios em larga quantidade, sendo apenas auxiliado por um numero limitado daqueles, que observavão a boa intenção de sua idéia (BRADO CONSERVADOR, 1877, p. 04).

A prática de deslocamento foi um dos elementos mais fortes encontrado pelo “espaço concebido” nessas secas em Mossoró. Ponto interessante do fragmento é que o próprio “Porto da Ilha”, lugar de outras manifestações nesse cotidiano da seca de 1877, também se torna lócus estratégico dos dirigentes para ordenar esse espaço social. Esse meio “feliz” e “eficaz”, exercido pelo comerciante, Francisco Tertuliano de Albuquerque, apresenta-se no jornal como uma solução para a fome e miséria reinante, porém, não elimina a chance da própria cidade “desafogar-se” da multidão forasteira, pelo que parece, não deixava de comparecer, “e do numero de pobres retirantes exportados para o Ceará na barcaça natalense propriedade do Sr. Francisco Tertuliano, não fez a menor differença no movimento afflictivo dessa cidade”, do qual chega constantemente “bandos e bandos de pedintes do centro da Parahyba, sendo a força mais notável do Catolé do Rocha e cidade de Souza” (BRADO CONSERVADOR, 1877, p.04). Assim o deslocamento não é apenas uma prática política localizada de Mossoró, ele mostra-se como uma tessitura ampla ligando outras realidades do Norte Imperial. Portanto as embarcações foram fundamentais na mobilidade de mercadorias como também de famílias de retirantes naquele contexto.

Porém no final de 1879, as reações do espaço concebido sobre os mesmos crescem com a presença do presidente da Província na cidade de Mossoró.

[...] Em novembro transportei-me para Mossoró com o fim de fazer regressar os retirantes aos lugares de sua procedência. Aproximava-se o inverno e era preciso que elles fossem esperá-lo com a terra preparada para receber as sementes. Apressei esta providencia, pela necessidade que havia de acabar-se com o maior sorvedouro de dinheiro do Estado, onde era impossivel pelo grande numero que recebiam os socorros, regularisou-se a distribuição e impedir-se inteiramente os abusos; resultados daí que as despesas ia além das necessidades reaes. Nem a comissão podia empregar toda sua energia, para evitar esses abusos, porque receava a

repetição dos conflitos, a que serviram de causa medidas econômicas, aplicadas sem muita reflexão e critério. Cheguei a Mossoró no dia 12 de novembro, e regressei a 3 de dezembro, deixando a cidade com menos três partes da população emigrante. O distinto dr. Manuel Hemetrio Raposo de Mello, então único encarregado dos socorros, completou a obra, fazendo regressar os que ficaram. O regresso operou-se pacificamente, apesar da má vontade com que foi recebida a ordem dada para esse fim; e acredito que muito concorreu para isso uma força de 100 praças que conservei aquartellada durante o tempo que já estive. Para a viagem receberam os retirantes, gêneros suficientes, e atendendo ao estado de nudez a que se achavam reduzidos, mandei-lhes dar algodãozinho para roupa. Em seguida providenciei sobre a compra de sementes, e em janeiro foram remetidas para todas as localidades do sertão (RELATORIO COM QUE SE INSTALLOU..., 1880, p. 09-10).

O discurso e ação direta do presidente Marcondes Machado era de fazer regressar a população adventícia da cidade, conter os gastos dos socorros e preparar a lavoura com a chegada do inverno em 1880. Claro que essa resolução só veio concretizar-se graças à força pública (100 praças) e com os dispêndios com roupas e sementes para plantio aos sertanejos. Por outro lado, o discurso e prática latente do presidente evidenciam que a presença da população adventícia (pobres e miseráveis) não era “adequada” aquela cidade e seus aparelhos públicos. Todavia, na 6ª sessão da câmara municipal de Mossoró do dia 13 de janeiro de 1880, resolveu oficiar ao Ministro e Secretário do Estado dos Negócios do Império, sobre os efeitos da ação do dito presidente.

[...] esses miseráveis que se deslocaram de diversas procedências, vencendo distancias numerosas, e sofrendo as maiores privações em procura dos socorros são agora mandados de volta a seus lugares ainda secos pelo Exmo. Sr. presidente da Província, que a pouco aqui esteve. A humilhante medida que se pode qualificar de pouco humanitária produziu, como era de prever-se, os desgraçados efeitos: crianças macilentas e velhos, que mal se arrastavam pelos caminhos, pereceram vítimas da sede e da fome: o resto da população que permanece aqui digo, nesta Cidade está também morrendo de fome, porque, tendo seu único arrimo os socorros do Governo, foram estes consideravelmente

tão diminuídos de modo que é impossível que possam escapar á morte, se por ventura continuar o mesmo sistema de distribuição dos socorros (OLIVEIRA, BATISTA NETO, 2000, p. 82-83).

Não é a primeira vez que vemos tensões entre as “ordens” do espaço social da seca na cidade de Mossoró. A atitude de Marcondes Machado, nesse início de 1880, era justamente corta os gastos com essa seca, que se estendia já há três anos, e sua medida de expulsar “amigavelmente” esses retirantes, mediante as roupas e sementes, pelo visto, não foi a mais “humanitária” aprovada pela câmara municipal como mostra a fonte. Além do mais tinha a questão das autoridades citadinas “suportarem” sozinhas o restante dos retirantes, sem o amparo dos recursos da Província, fato que parecia não agradar ou mudar o destino desses remanescentes. Por outro lado à economia local perderia também as verbas destinadas aos socorros públicos. Recurso que fora bem vindo aos cofres públicos e privados da sociedade mossoroense.

Assim o espaço concebido (ordenado, orquestrado...) dessa seca de 1877 traça uma reflexão futura para as demais: a questão do “direito a cidade” (LEFEBVRE: 2006), ou melhor, o direito a um espaço mais igualitário, plural e do valor de uso, ao invés dos processos políticos e sociais de segregação de pessoas no espaço urbano e alhures, como efetuaram-se muitas vezes no Nordeste¹¹². Como Lefebvre discorre esse “direito a cidade” seria o “direito a liberdade, á individualização na socialização, ao habitat e habitar. O direito à obra (à atividade participante) e ao direito de apropriação (bem distinto do direito de propriedade)” (LEFEBVRE, 2006, p. 135). Contudo, vimos até aqui, que o espaço social da seca de 1877 estava longe de concretizar essa prática de “direito”, ao contrário, tentou na medida do possível, ordenar os retirantes e população pobre para longe dessa “cidade”, além de apropriar-se da força de trabalho desses sujeitos para benefícios e interesses próprios. Nesse contexto entre os séculos XIX ao XX, “motivar e impelir para o trabalho, dentro do controle social, disciplinar e reprimir, se necessário for,

¹¹² Ver RIOS, Kênia Sousa. *Campos de concentração no Ceará: Isolamento e poder na seca de 1932*. Fortaleza-CE: Museu do Ceará e Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001, como o artigo de NEVES, Frederico de Castro. *Curral dos Bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932)*. S. Paulo: Rev. Bras. de Hist., v. 15, nº 29, 1995, p. 93-122.

para que a pobreza seja útil”, desde que ela seja “mantida nos lugares que lhe são destinados, com o comportamento moral que os valores burgueses exigem”, são os “códigos que parecem prevalecer” sobre a pobreza e miseráveis urbanos, nessa nova “reprodução do sistema, que sob controle, não é para gerar tensões nem constituir ameaça” (LAPA, 2008, p. 18).

O ordenamento sócio espacial da província do Rio Grande do Norte nessa seca mostrou-se como uma estratégia das autoridades para conterem os sertanejos migrados para as grandes vilas e cidades. A grande questão é que ao mesmo curso dos comandos de ordem surgiram também contra ações, ou seja, resistência sertaneja sobre as imposições espaciais e suas racionalidades no território. Dessa forma a produção do espaço nessa seca de 1877 mostra-nos que são os sujeitos sociais que constroem e reorganizam suas espacialidades, através das múltiplas relações do âmbito social, político, econômico e cultural.

REFERÊNCIAS

ALBURQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nos Destinos de Fronteira: história, espaços e identidade regional**. Recife. Bagaço. 2008.

BRADO CONSERVADOR de 1877, 1878 e 1879.

BURKE, Peter. Consumo Conspícuo e Capital Simbólico. In. **História e Teoria Social**. Trad. Klauss B. Gerhardt, Roneide V. Majer. São Paulo: UNESP, 2002, p. 97-100.

Falla com que o Exmo. Sr. Dr. Rodrigo Lobato Machado, Presidente da Província, Abrio a 2ª Sessão da Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte em 27 de Outubro de 1879. Natal: Typ. do Correio de Natal, 1880.

Falla com que o Exmo. Sr. Doutor José Nicoláo Tolentino de Carvalho abrio a 2ª sessão da 21ª Legislatura da Assembléia Provincial do Rio Grande do Norte em 18 de Outubro de 1877. Pernambuco: Typ. de M. Figueiroa de Faria & Filhos, 1877.

GARCIA, Ana Karine Martins. **A Sombra da Pobreza na Cidade do Sol:** o ordenamento dos retirantes em Fortaleza na segunda metade do século XIX. São Paulo, 2006, 208f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Estudos de Pós-Graduação em História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2006.

GUERRA, Phelipe; GUERRA, Theophilo. **Seccas Contra a Secca.** Seccas e invernos. Açudagem, irrigação, vida, costumes sertanejos. 4º Ed. Mossoró: Coleção Mossoroense, Série “C”, Vol. 1203, 2001.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização:** Do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** Trad. Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder. 8º Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

LEFEVBRE, Henri. **A produção do espaço.** Trad. Grupo “As (Im) possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: La production de l'espace. 4ª Ed. Paris: Anthropos, 2000). Primeira versão: Fev. 2006, no prelo.

_____. **O Direito à Cidade.** Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **Espaço e Política.** Trad. Margarida M. de Andrade e Sergio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LAPA, José Roberto do Amaral. **Os Excluídos:** contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930). Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2008.

NEVES, Frederico de Castro. **A Multidão e a História:** saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

_____. **Curral dos Bárbaros:** os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932). S. Paulo: Rev. Bras. de Hist., v. 15, nº 29, 1995, p. 93-122.

OLIVEIRA, A. M; BATISTA NETO, Joaquim. (orgs.) **Atas da Câmara Municipal de Mossoró (1879-1880)**. Mossoró: Coleção Mossoroense, Série “C”, Vol. 1.130, 2000.

OLIVEIRA, A. M.(org.) **Atas da Câmara Municipal de Mossoró (1877)**. Mossoró: Coleção Mossoroense, Série “C”, Vol. 709, 1991.

_____. **Atas da Câmara Municipal de Mossoró (1878)**. Mossoró: Coleção O MOSSOROENSE, Série “B”, Vol. 1175, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O espetáculo da rua**. Porto Alegre: UFRGS, Prefeitura Municipal, 1992.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.

Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Antonio dos Passos Miranda passou no dia 18 de Abril de 1877 a administração da Província do Rio Grande do Norte ao Exmo. Sr. Dr. José Nicoláo Tolentino de Carvalho. Pernambuco: Typ. de M. Figueiroa de Faria & Filhos, 1877.

Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. José Nicoláo Tolentino de Carvalho, Presidente da Província, passou a administração della, ao 1º Vice-Presidente, Exm. Sr. Dr. Manoel Jenuario Bezerra Montenegro, em 1878. Rio Grande do Norte: Typ. do Correio de Natal, 1878.

Relatório com que se Installou a Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte no dia 4 de Dezembro de 1878 o 1º Vice-Presidente, o Exmo. Sr. Dr. Manoel Januario Bezerra Montenegro. Pernambuco: Typ. do Jornal do Recife, 1879.

Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Vicente Ignacio Pereira 1º Vice-Presidente da Província, passou a Administração della ao seu Sucessor, O Exmo. Sr. Dr. Rodrigo Lobato Marcondes, em 13 de Março de 1879. Rio Grande do Norte: Typ. do Correio de Natal, 1879.

Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Rodrigo Lobato Marcondes Machado Passou a Administração da Província ao seu Sucessor, o Exmo. Sr. Dr. Alarico José Furtado em 1º de maio de 1880. Rio Grande do Norte: Typ. do Correio de Natal, 1880.

REVEL, Jacques. **A invenção da sociedade.** Trad. Vanda Anastácio. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

RIOS, Kênia Sousa. **Campos de concentração no Ceará:** Isolamento e poder na seca de 1932. Fortaleza-CE: Museu do Ceará e Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

RUDÉ, George, F. E. **A Multidão na História:** estudos dos movimentos populares na França e Inglaterra, 1730-1848. Rio de Janeiro. Editora Campus, 1991.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP, 2009.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum.** Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.